

## EIXO 4- POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: QUESTÕES DE DIVERSIDADE E CLASSE DAS JUVENTUDES NA AMAZÔNIA

**Ronaldo Marcos de Lima Araujo**<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
rlima@ufpa.br

**João Paulo da Conceição Alves**<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)  
jpauloche@bol.com.br

#### RESUMO

Este trabalho analisa a inserção da juventude amazônica, em particular a paraense, no mercado de trabalho e na educação escolar, considerando a sua condição social. Por meio de análise documental, caracteriza as particularidades da inserção social da juventude trabalhadora em uma região periférica de um país de capitalismo periférico. Os dados coletados em fontes oficiais revelaram que a juventude de origem trabalhadora paraense tem uma inserção precoce, desqualificada e mal remunerada no mercado de trabalho e que a escola não se coloca como uma alternativa capaz de promover a qualificação destes jovens.

**Palavras-Chave:** Juventude; Trabalho; Classe Social.

#### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo central deste trabalho é apresentar algumas particularidades da juventude amazônica<sup>3</sup> e de evidenciar alguns elementos reveladores do processo de exclusão da juventude de origem trabalhadora frente ao mercado de trabalho, a educação formal e suas condições de existência.

Trata-se de “juventudes”, já que há muitas peculiaridades para o ser jovem na Amazônia hoje. Entretanto, não abandonamos o conceito de classes sociais (para não cairmos no atomismo), já que as diferentes juventudes sofrem diferentemente os impactos da sociabilidade do capital, em particular os jovens de origem trabalhadora.

Dayrell (1999) conceitua juventude como ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal dado pelas transformações do

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Educação pela UFMG. [rlima@ufpa.br](mailto:rlima@ufpa.br). Bolsista Produtividade do CNPq.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). [jpauloche@bol.com.br](mailto:jpauloche@bol.com.br)

<sup>3</sup> Para a discussão da juventude amazônica foi feito o recorte no estado do Pará, o que facilitou a consolidação dos dados. Esta opção também é feita pelo estado do Pará constituir-se o território mais rico da região.

indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. De forma geral, pode-se dizer que a entrada da juventude se faz pela fase que chamamos de adolescência e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social.

Mas, mesmo compreendendo que a juventude se constitui como construção histórica e social, o que nos impõe reconhecer a existência de “juventudes”. Entendemos, portanto, “juventudes como unidade do diverso econômico, cultural, étnico, de gênero, de religião etc” (FRIGOTTO, 2004).

Compreendemos, o conceito de juventudes como uma complexidade variável, que se distingue por suas muitas maneiras de existir nos diferentes tempos e espaços sociais. Os jovens na sociedade não constituem uma classe social, ou grupo homogêneo como muitas análises permitem intuir. Os jovens compõem agregados sociais com características continuamente flutuantes. As idealizações políticas que procuram unificar os sentidos dos movimentos sociais da juventude tendem a ser ultrapassadas pelo contínuo movimento da realidade. (CARRANO, 2007)

Neste trabalho, portanto, consideramos “juventudes amazônidas” sob uma condição diversa, que considera, por exemplo, as singularidades étnicas, biológicas e de gênero. Ao mesmo tempo, apontamos que a dimensão de classe social tem centralidade nesta construção histórica, pois entendemos que os jovens de origem trabalhadora constituem grupo submetido à condições de maior precariedade social, em distinção aos jovens das classes dominantes.

A tese principal que sustentamos é que não é a condição étnica, de cor ou de raça que define a vida da juventude amazônida, mas principalmente, a sua condição de classe.

De uma forma geral as singularidades das juventudes amazônidas relacionam-se com a realidade de uma região periférica de um país de capitalismo periférico, o que impõe, portanto, que os problemas levantados requerem soluções urgentes, que enfrentem aspectos estruturais e também conjunturais da realidade social da região amazônica.

## 2. PERFIL QUANTITATIVO DA JUVENTUDE NA AMAZÔNIA PARAENSE

A **Amazônia** na sua totalidade *contempla uma complexa sociobiodiversidade que se materializa nas matas, caudalosos rios, diversificadas fauna e flora, natureza essa que abriga uma multiplicidade de populações, culturas e tradições e Identidades juvenis*, que contribuem na definição do perfil dessa população. (FREIRE, 2007)

Ao considerarmos a importância e a abrangência desta totalidade da Amazônia paraense, propomos o recorte da realidade da juventude paraense, como expressão da realidade amazônica.

Desta maneira, na definição do perfil dos jovens na Amazônia paraense, observamos que o estado do Pará possui uma população de 7.581.051, sendo 2.243.780 com a faixa etária de 15 a 29 anos. Desta população de 15 a 29 anos, 1.566.371 (69%) residem na zona urbana e 677.409 (31%) residem na zona rural. Ao defini-la conforme o sexo, da população total de jovens de 15 a 29 anos 1.125.354 são homens e 1.118.426 são mulheres<sup>4</sup>.

Considerando a definição do perfil da população paraense sob o critério racial<sup>5</sup> apresentamos a seguinte tabela abaixo no sentido de informar o perfil racial da população jovem paraense:

<b>População jovem conforme raça/cor</b>		
<b>População 15-29 anos conforme raça/cor – Pará – 2010</b>		
<b>Raça/Cor</b>	<b>Nº absoluto</b>	<b>%</b>
<b>BRANCA</b>	<b>508.498</b>	<b>22,6%</b>
<b>PRETA</b>	<b>283.823</b>	<b>12,6%</b>
<b>AMARELA</b>	<b>23.403</b>	<b>1%</b>
<b>PARDA</b>	<b>1.410.050</b>	<b>64%</b>
<b>INDÍGENA</b>	<b>17.783</b>	<b>0,8%</b>
<b>Sem declaração</b>	<b>223</b>	<b>0,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.243.780</b>	<b>100%</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>.

Neste sentido observamos que a ampla maioria desta população é constituída por jovens “negros”, desapontando algumas classificações apressadas que informam uma população entre brancos e negros quantitativamente equilibrada. Outro elemento importante diz respeito ao reduzido número de jovens paraenses que se autodeclaram indígenas, negando o imaginário de uma maioria indígena na região, mesmo que estes sejam significativos, relativamente, às demais regiões do país.

O perfil do jovem amazônida, entretanto, não pode ser homogeneizado num quadro eminentemente urbano-cêntrico, ou mesmo que requeira um ou outro perfil definido. Mas devem-se considerar as diversas especificidades e classificações deste jovem na região.

<sup>4</sup> Dados retirados do site <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>.

<sup>5</sup> Consideramos a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a partir da autodeclaração pretos e pardos na categoria “negro”, e as definições branco e amarelo na categoria “branco”.

Considerando esta multiplicidade de elementos que buscam a definir o perfil do jovem amazônida, considera-se ainda a existência de várias juventudes rurais. Define-se como *Povos das águas, das florestas e dos campos amazônicos – ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, agricultores familiares etc. – e afirmam sua identidade reproduzindo historicamente seu modo de vida, de produzir e existir sociocultural e ambientalmente* (FREIRE, 2007).

O depoimento abaixo revela a condição dos jovens ribeirinhos como sujeitos de uma realidade distinta e pouco conhecida. Demonstram ainda que o perfil dessa juventude submetido a uma lógica homogeneizadora, sucumbe este universo bastante diverso dos jovens amazônidas.

O relato abaixo assinala o seguinte:

*Moro aqui na ilha, bem próximo da margem do rio... moro numa área de várzea, onde a água sempre sobe em cima da superfície e sai... tenho um modo de vida próprio, bem diferente de pessoas que vivem em Belém. (Edinei, jovem da Beira do Rio Guamá, ilha do Combu, Belém/Pará/Brasil. Apud Freire, 2007)*

Trata-se de “diversas juventudes”, marcadas por peculiaridades, e nuances distintas que apontam por exemplo, que cerca de 70% (315.000) da população indígena do Brasil está situada na Amazônia legal, distribuídos em 562 terras indígenas. Esta população é predominantemente jovem e cresce numa proporção de 3,5% ao ano. (BRASIL, 2010)

Numa outra categoria, dados oficiais revelam que a população quilombola no Brasil é constituída em torno de 2.000 a 3.000 comunidades, sendo a região Norte a que mais concentra esta população. Considerando o número de comunidades remanescentes de quilombos na região norte, o estado do Pará possui cerca de 15% destas comunidades.<sup>6</sup>

A forte presença de movimentos sociais, particularmente, do Movimento-Sem-Terra, contribui nesta definição do(s) perfí(s) do jovem amazônida. Nesta perspectiva a população jovem presente nos assentamentos rurais constitui parte integrante na definição do perfil dessa juventude. Um dos depoimentos de uma jovem de um assentamento da reforma agrária contribui nesta direção.

*Eu vivo a minha juventude no campo, pois me orgulho de ser uma colona. Não tenho vergonha de minha cultura, eu sou uma mulher que trabalho no campo (...) Na minha juventude estou lutando por um futuro, de conseguir muitas coisas para minha comunidade (...). Eu me sinto privilegiada em morar no campo, por nossas culturas, nossos jeitos de ser. (Valdeniria, jovem assentada da reforma agrária, Aveiro/Pará/Brasil, Apud Freire, 2007)*

---

<sup>6</sup> Dados retirados do site [http:// www.cpisp.org.br /](http://www.cpisp.org.br/).

Afirma-se para efeito comparativo entre a realidade regional e nacional, que 65% da população jovem na Amazônia está nas zonas urbanas, contra 78% do restante do Brasil.

Ainda como grupo que compõe o quadro de jovens da Amazônia, pode-se apontar nesta composição, os jovens das periferias urbanas. Chama atenção no teor destes dados seu caráter social. Admite-se por exemplo que a grande maioria desses jovens urbanos concentram-se, em bolsões de pobreza onde convivem cotidianamente com indignidade das condições de moradia e de violência.

Dados oficiais, por exemplo, revelam que a moradia de jovens residentes em zonas urbanas das cidades amazônicas apresenta condições deploráveis. Um exemplo bastante ilustrativo refere-se ao fato de cerca de 40% dos jovens residirem em aglomerados subnormais<sup>7</sup>. A tabela abaixo confirma a assertiva feita:

<b>Condição de moradia de jovens de 15 a 29 anos</b>		
<b>Pessoas alfabetizadas residentes em domicílios particulares ocupados – 15 a 29 anos – 2012</b>	<b>Nº absol.</b>	<b>%</b>
<b>Jovens residentes em AGLOMERADOS SUBNORMAIS<sup>8</sup></b> (favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros)	<b>373.880</b>	<b>40%</b>
<b>Jovens residentes na zona URBANA</b>	<b>455.229</b>	<b>49%</b>
<b>Jovens residentes na zona RURAL</b>	<b>96.704</b>	<b>11%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>925.813</b>	<b>100%</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>.

Estes dados adquirem uma faceta ainda mais alarmante quando analisados sob o prisma étnico-racial. O IBGE revela que dentre os moradores dos aglomerados subnormais, 21% são brancos (na zona urbana os brancos somam 28%) e 77% são pretos ou pardos.

### 3. JUVENTUDE URBANA E VIOLÊNCIA

<sup>7</sup> A caracterização subnormal informa a utilização no Brasil de assentamentos irregulares como favelas, invasões, palafitas, etc.

<sup>8</sup> O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico de 1991. Possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros (IBGE, 2012).

Um conjunto de informações e dados oficiais sobre a juventude e violência urbana são apresentados sob um quadro geral mas bastante desafiador por trazer a tona o processo de barbárie a que está submetida a juventude paraense.

Trata-se de refletir sobre o processo de (des) humanização desta juventude demonstrando que a questão de classe social aliada à outros elementos como a violência (e ainda outras variáveis, especificamente relacionadas a cor, idade e gênero), constroem um perfil de jovem mutilado de suas necessidades básicas.

Os dados revelam que os jovens residentes nas periferias dos centros urbanos constituem-se as maiores vítimas da violência. Dados sobre a juventude na capital paraense, Belém, apontam que 89% dos óbitos, entre 15 e 19 anos, foram por causas violentas, principalmente por homicídio. (ARAUJO, *et al.*, 2007).

Dados coletados junto ao Hospital Pronto Socorro Municipal de Belém Mário Pinotti, Hospital Pronto Socorro do Guamá, Urgência e Emergência de Marituba e o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves apontam que no período compreendido entre 2000 e 2006 a violência urbana afetou majoritariamente jovens entre 17 a 27 anos. (ARAUJO, *et al.*, 2007)

No caso específico das três primeiras unidades de saúde, os atendimentos realizados, em decorrência de agressão física, arma de fogo, arma branca, acidente de trânsito e tentativa de homicídio, revelam que a violência urbana no Pará e particularmente em Belém, tem sexo, idade e cor, ou seja, 60% são homens jovens pardos ou negros.

Araujo (*et al.*, 2007) em pesquisa concluída no ano de 2007, sob o tema “Diagnóstico dos Direitos Humanos no estado do Pará” revela que o quadro se agrava quando se examinam as mortes por causas violentas. A consulta realizada em 919 prontuários de cadáveres masculinos, de 2006, no “Instituto de Polícia Científica Renato Chaves” justifica a preocupação, conforme pode ser notado no quadro a seguir.

**Morte Masculina em Decorrente de Baleamento, Esfaqueamento e Agressão Física por Faixa Etária no Estado do Pará – 2006**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Sexo Masculino</b>	<b>%</b>
0 a 12 anos	4	0,4
12 a 16 anos	30	3,3
17 a 25 anos	400	43,5
26 a 29 anos	199	21,7

30 a 45 anos	276	30,0
Mais de 45 anos	10	1,1
<b>Total</b>	<b>919</b>	<b>100</b>

Fonte: Centro de Perícias Científica “Renato Chaves” (2007).

De uma forma geral, a tabela nos revela que 65,2% das vítimas por causa violenta estão na faixa etária entre 17 e 29 anos. Os dados também indicam que a situação é similar na Região Metropolitana de Belém onde é possível inferir que mensalmente morria, em 2007, mais de 100 jovens por causa violenta, correspondendo valor extremamente preocupante para uma etapa de idade que teoricamente expressa uma vida mais saudável e produtiva.

Esta realidade reitera uma tendência nacional, que têm apontado para o fato de que a violência e suas conseqüências fatais afetam mais os jovens, como afirma Fernandes (2004) ao estudar os dados no Rio de Janeiro. Isso permite refletir que a fronteira entre as grandes metrópoles e as pequenas e médias cidades deixaram de existir quando se trata da sociabilidade contemporânea, que banaliza a vida.

#### 4. JUVENTUDE AMAZÔNIDA: TRABALHO/EMPREGO E RENDIMENTOS

O tratamento da juventude amazônida refere-se neste trabalho à classificação adotada pelo IBGE, a qual considera como jovens, sujeitos na faixa etária de 15 a 29 anos<sup>9</sup>.

No tratamento desta dimensão da vida juvenil têm-se um quadro bastante problemático. Na inserção da juventude paraense no mercado de trabalho identificamos um quadro marcado por uma inclusão precoce, desqualificada e de baixos rendimentos.

Os elementos de ordem econômica relacionados a rendimentos conferem grande importância nesta análise por estarem principalmente imbricados com a qualidade de vida da população jovem na Amazônia. A tabela abaixo revela as atividades principais e remuneração de pessoas de 18 a 24 anos de idade considerando a condição de atividade, incluindo um recorte étnico-racial. Desse modo, apresentamos a tabela abaixo:

##### **Quanto à atividade principal e remuneração**

<sup>9</sup> No entanto, não desconsideramos o trabalho infantil como problema na Amazônia, a partir de sua inserção precoce e precarizada no mercado de trabalho. O Pará, por exemplo é o estado amazônico de maior ocorrência de trabalho infantil, são cerca de 250 mil crianças e jovens entre 05 e 14 anos. No entanto o foco deste trabalho é a juventude na idade prescrita acima, em concordância com o IBGE.

<b>Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por condição de atividade na semana de referência – total</b>	<b>1.026.000 (100%)</b>	<b>Negros</b>	<b>Branços</b>
<b>Só estuda</b>	<b>17,9%</b>	<b>33,9 %</b>	<b>38%</b>
<b>Trabalha e estuda</b>	<b>13,5%</b>	<b>16,3%</b>	<b>16%</b>
<b>Só trabalha</b>	<b>43,1%</b>	<b>26,3 %</b>	<b>24%</b>
<b>Cuida de afazeres domésticos</b>	<b>20,5%</b>		
<b>Não realiza nenhuma atividade</b>	<b>5%</b>		

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. 2013

Considerando a ideia de inserção da juventude paraense no mercado de trabalho de maneira qualificada, dados do IBGE revelam que ela se dá de forma precária, precoce e desqualificada. Observa-se que 43% dos jovens estão fora da escola assumem como única perspectiva, a inserção no mercado de trabalho, como estratégia necessária para sua sobrevivência.

Revela ainda que somente 18% dos jovens entre 18 a 24 anos apenas estudam e 56% desenvolvem alguma atividade remunerada. A situação tende piorar quando considera-se a juventude paraense sob um recorte étnico-racial: de uma forma geral os dados informam que as condições de qualificação e escolaridade dos jovens negros aprofundam essa condição precarizada.

A tabela abaixo apresenta dados referentes à juventude de 16 a 24 anos ocupada na semana de referência, considerando os seus rendimentos.

**Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (salário mínimo)**

Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) – até ½	<b>34,5%</b>
Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) – mais de ½ a 1	<b>34,8%</b>
Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) – mais de 1 a 2	<b>23,9%</b>
Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) – mais de 2	<b>6,8%</b>
Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos de idade, ocupados na semana de referência, por classes de rendimento mensal de todos os trabalhos (salário mínimo) – total	<b>677.000 (100%)</b>

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>

Desse modo a tabela expõe que 68% dos jovens ganham até 01 (um) salário mínimo e 92% ganham até 2 salários mínimos. A análise que fazemos neste momento não se restringia dizer que jovens amazônidas possuem baixa remuneração no mercado de trabalho, mas significa acima de tudo que estes rendimentos constituem expressão de uma inserção precoce, e com formação desqualificada.



Essa inserção desqualificada revela-se na restrita cobertura do ensino médio na Amazônia e na baixíssima oferta de vagas para cursos técnicos de nível médio. Apresentamos a tabela a seguir a qual demonstra o número de alunos de ensino médio por unidade da federação no ano de 2009.

**Número de Alunos do Ensino Médio segundo a Unidade da Federação – 2009 (Região Norte)**

	População 15 a 17 anos (2007)	EM – Ensino Médio (2009)	% de cobertura no EM	Ensino técnico em relação ao EM (2009)	%
<b>Brasil</b>		<b>8.288.520</b>		<b>857.195</b>	<b>10%</b>
<b>Norte</b>	<b>919.258</b>	<b>719.795</b>	<b>78%</b>	<b>41.393</b>	<b>6%</b>
Rondônia	89.059	60.787	68%	2.964	5%
Acre	41.963	34.432	82%	1.876	5%
Amazonas	200.368	160.395	80%	17.235	11%
Roraima	24.194	17.485	72%	1.178	7%
<b>Pará</b>	<b>448.345</b>	<b>344.183</b>	<b>76%</b>	<b>10.640</b>	<b>3%</b>
Amapá	38.205	36.700	96%	1.756	5%
Tocantins	77.124	65.813	85%	5.744	9%

Fontes: MEC. Educacenso, 2009. e IBGE. PNAD, 2007.

Se por um lado a juventude amazônida precisa trabalhar precocemente e recebe por isso rendimentos precários, sua escolarização não favorece a inserção mais qualificada, em particular, em função da pouca oferta de ensino técnico. Não estamos considerando aqui o fato de que o ensino técnico ofertado revela-se pouco promissor para a formação dos jovens nas suas múltiplas potencialidades e principalmente para sua humanização.

Percebe-se de forma geral, que a situação da juventude no Pará torna-se uma problemática ao se analisar que os jovens que trabalham, apresentam uma inserção precoce e com pouca qualificação no mercado, expondo as fissuras e um drama nesta fase de definição e auto-afirmação em suas vidas.

## 5. JUVENTUDE AMAZÔNIDA E EDUCAÇÃO

O estado do Pará tem uma população de 6.062.304 habitantes com mais de 10 anos de idade, destes há 1.030.589 (17%) pessoas que nunca frequentaram a escola e 759.589 analfabetos. Estes números revelam o quão longe ainda estamos de vivermos em uma democracia efetiva, capaz de assegurar pelo menos a equidade de condições educacionais para a nossa população.

Considerando apenas a população adulta (com mais de 18 anos), que totaliza mais de 4,5 milhões de paraenses, apenas 1.146.771 pessoas (25%) têm o ensino médio completo.

Além disso, as taxas de escolarização revelam a vulnerabilidade da juventude paraense, conforme tabela abaixo:

**Taxas de escolarização – 2010 – Pará**

	População Residente	Frequentavam a escola	Taxa bruta de escolarização	Taxa líquida de escolarização
15 a 17 anos	486.649	396.698	81,5%	37,3
18 ou 19 anos	300.753	153.973	51%	7,4
20 a 24 anos	749.055	185.381	24,7%	
25 anos ou mais	3.689.490	283.557	7,6%	

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>.

Segundo o IBGE, em 2010, o estado do Pará tinha 486.649 jovens na idade entre 15 e 17 anos, no entanto, destes, apenas 396.698 frequentavam escola, ou seja, 89.951; neste caso 20% dos jovens aproximadamente, estavam fora da escola. Esta situação se apresenta ainda mais preocupante quando observamos que apenas 100 mil destas matrículas eram de jovens na faixa etária recomendada (15 a 17 anos).

Consideramos que o ensino médio é a etapa conclusiva da **educação básica** e que esta deve assegurar o acesso ao patrimônio cultural que permitiria aos jovens que entram na vida adulta uma condição social digna, como nos informa Kuenzer (2007) ao destacar também que o ensino médio é direito de todos os adolescentes, independente de sua origem de classe. Enfatiza ainda esta autora que a escola pública possui importante papel na construção de uma proposta pedagógica que propicie situações de aprendizagem sócio-culturais significativas para os estudantes.

No entanto, temos nos números acima um claro indicativo de que a maioria da juventude paraense tem seu futuro ameaçado. São perto de 100 mil jovens entre 15 e 17 anos fora da escola e mais 290 mil atrasados em relação à série recomendada.

Apenas perto de 100 mil jovens entre 15 e 17 anos estão onde deveriam estar, matriculados em uma escola de ensino médio. Não precisamos de nenhum profundo estudo sociológico para afirmar que entre estes jovens prevalecem aqueles oriundos das camadas econômicas mais altas de nossa sociedade. Ficam mais fora da escola ou atrasados os jovens oriundos das classes trabalhadoras.

O ensino médio tem a função social, portanto, de consolidar uma formação que se iniciou na pré-escola e no ensino fundamental, a qual deveria servir para que todo cidadão conseguisse se comunicar com clareza (para isso estuda português), pensar logicamente (para isso estuda matemática), se situar no seu tempo e no seu espaço (para isso serve o estudo da história e da geografia), compreender os fenômenos físicos, químicos, biológicos, sociais de modo a ter as ferramentas para decidir autonomamente sobre os rumos de sua vida e colaborar para a organização da comunidade onde está inserido.

Negar o acesso ao ensino médio para os jovens significa negar-lhes as ferramentas culturais básicas que favorecem uma vida adulta digna e colocar-lhes em situação de vulnerabilidade social e econômica, colocando em risco também o futuro da sociedade onde estão inseridos.

Por isso é muito grave o quadro do ensino médio paraense, pois revela que a sociedade mantém sob risco o presente e o futuro da maioria dos seus jovens. Consideramos, também, que o acesso à escola não garante, por si, uma educação de boa qualidade, visto que as escolas apresentam um projeto de educação dual e desigual, reforçando o antagonismo de classes.

Por outro lado consideramos a escola pública como uma das poucas possibilidades de a juventude trabalhadora construir uma vida mais digna já que esta concentra as matrículas no ensino médio no Pará (91%). Observamos a tabela abaixo, a qual informa o número de matrículas no ensino médio no estado do Pará, no ano de 2012.

#### Distribuição de matrículas no ensino médio por rede de ensino – Pará – 2012

Matriculados em ensino médio – escola pública	91,4	%
Matriculados em ensino médio – escola particular	8,6	%

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>.

Em contraposição à realidade da escola dual vivida no ensino médio, Ciavatta e Ramos (2011) destacam a necessidade da integração do trabalho, da ciência e da cultura no processo formativo dos sujeitos. Compreendem uma escola única e que tenha como horizonte a formação politécnica e *omnilateral* dos trabalhadores, com o propósito de compreender as relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas.

De forma geral, os indicadores de qualidade da educação amazônica são baixos, comparativamente às demais regiões. O Pará, em particular, tem o mais baixo IDEB de ensino médio do Brasil (2,8), em particular o mais baixo IDEB de ensino médio entre todas as redes estaduais de ensino.

Tão grave quanto estes péssimos resultados é o fato de que eles estão piorando. No geral, aprova-se pouco e cada vez menos. Aprende-se pouco e cada vez menos.

Dados do IBGE (2010) apontam que no Brasil, das pessoas que se encontram na faixa-etária entre 15 a 24 anos (o que equivale cerca de 20% da população do país), cerca de 50% deste total está fora da escola. Essa problemática é evidenciada principalmente entre brancos pobres, índios, negros e seus descendentes, particularmente os residentes na região Norte.

Como forma de aprofundar esta análise Araujo (*et al.*, 2007) analisa que se considerarmos o número total de matrículas no ensino médio paraense verificaremos um déficit de 84.960 vagas, mas se considerarmos a faixa etária indicada para o ensino médio, identificamos um déficit de 346 mil vagas, o que revela uma grande defasagem tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio.

Mas quais seriam as causas deste grave quadro? Elas precisariam ser bem estudadas, mas de antemão não concordamos que se possa identificar uma única causa para esta situação e discordamos de qualquer tentativa de responsabilizar os professores pela má qualidade da aprendizagem. Eles também são vítimas e fazem mais parte da solução do que do problema.

Temos uma hipótese de que esta situação pode ser entendida em função dos modelos entreguistas de desenvolvimento da região e da falta de compromisso de nossas elites com a boa formação de seu povo. Temos uma elite que convive bem com diferentes mazelas que afligem os paraenses: trabalho escravo, pedofilia, falta de saneamento, grande concentração de terras e riquezas, assassinatos de trabalhadores e lideranças políticas, corrupção generalizada, precariedade da saúde pública etc.

O desenvolvimento da região sempre foi dependente, o que tínhamos de melhor nunca ficou para o povo trabalhador, vide os ciclos da borracha, dos grandes projetos, da indústria de mineração e da agroindústria, quem ganhou e quem ganha com eles? Não é e nem foi o trabalhador.

Parte do problema também pode ser explicado pelos baixos investimentos na educação. Enquanto o gasto médio de um estudante de ensino médio nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é de perto de 10 mil dólares, no Brasil este custo fica em torno de 2,5 mil. No Pará é de aproximadamente 1,5 mil dólares. (OCDE, 2010)

Também colabora o fato de até hoje o Governo Estadual não ter apresentado um projeto para o ensino médio no estado, ou seja, a Secretaria de Estado de educação (SEDUC)

não tem um documento orientador para a organização do trabalho pedagógico. Acaba-se restringindo a atitudes voluntaristas e de boa vontade de cada um.

Os resultados do IDEB, mais que números, revelam que a juventude paraense tem seu presente prejudicado e o seu futuro ameaçado.

A expressão "inempregáveis" explica a situação de parte da juventude amazônica, sem escolaridade, com pouca escolaridade ou com escolaridade de baixa qualidade, com perspectiva de um futuro de uma cidadania pela metade.

A reestruturação do mundo do trabalho no âmbito da globalização da economia restringe cada vez mais o número de postos e (re) cria na base da informalidade um sem número de ocupações precárias que embora ainda sirvam à sobrevivência estão longe de permitir dignidade e cidadania a estes jovens- (KUENZER, 2007).

Araujo (*et al.*, 2007) analisa que em pesquisa recente tratando sobre os sonhos da juventude brasileira identificou que o maior sonho dos jovens entre 18 e 24 anos é ter formação profissional e emprego. Na pesquisa 55% dos jovens entrevistados colocaram este como seu principal sonho, muito mais importante que qualquer outro desejo como casa própria (15%), dinheiro (9%) ou outros.

Esta pesquisa também revela que 77% dos jovens sonham em fazer curso superior, mas também indica que estes têm que conjugar suas perspectivas de trabalho com o desejo de realização pessoal. Isto nos remete para a ideia de que cabe à escola preparar o jovem para o mundo das profissões, mas também para o desenvolvimento das amplas capacidades humanas, promotoras do desenvolvimento pessoal.

Temos por suposto que o ensino médio é um direito de todos os jovens e que, se não garantido, coloca em risco a possibilidade de realização destes sonhos de juventude e de uma vida adulta de dignidade, considerando que, enquanto etapa de conclusão da educação básica, é neste nível de ensino que se deve assegurar as ferramentas culturais que permitem aos jovens as habilidades comunicativas, o desenvolvimento do raciocínio lógico, os instrumentos para se situarem em seu tempo e em seu contexto social e a construção do pensamento racional-científico, em oposição ao pensamento mítico próprio da infância. Foi por isso que se convencionou há muito tempo que a escola é o espaço para a aprendizagem da língua materna, da matemática, da geografia e da história, bem como das ciências naturais e biológicas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As particularidades acima anunciadas revelam tanto as particularidades como também as generalidades que os fenômenos estudados afetam diferentemente jovens ricos ou pobres. Neste sentido, há de se considerar o recorte de classe trazido a este debate onde seus impactos repercutem diferentemente sobre os sujeitos, dependendo de sua condição social.

Considerando os três ciclos econômicos importantes na região (ciclos da borracha, grande projetos e agro-indústria), a vulnerabilidade sócio-econômica da população lhe foi funcional nos três ciclos. Em todos prevaleceu o uso predatório da força de trabalho e o descaso com o desenvolvimento local e a valorização do homem amazônida.

Todos eles têm pontos em comum na intensa degradação ambiental, no uso da violência contra as populações locais, na utilização de formas precárias da força de trabalho local, no desrespeito às culturas locais, e de uma forma geral na produção de bolsões de miséria (soldados da borracha, aglomerados urbanos próximos dos grandes projetos e remanescentes da agricultura familiar). As diferenças regionais são aprofundadas em função das políticas federais de distribuição de recursos e das políticas fiscais como a Lei Kandir<sup>10</sup>.

Esperamos ter evidenciado que a juventude amazônida tem singularidades étnicas e culturais. Mas também é importante mencionar que a Juventude amazônida que vive do trabalho tem seu futuro ameaçado.

Os dados aqui apresentados reforçam a ideia de que “no capitalismo central e periférico a pobreza e a "exclusão" ou inclusão precarizada *jovializaram-se*” (Frigotto, 2004).

Alguns dos problemas aqui colocados requerem soluções urgentes, em particular: a morte dos jovens pela violência urbana; a baixa taxa de escolarização e a pouca qualificação da escola básica; a insegurança no mercado de trabalho; o não reconhecimento da identidade juvenil das juventudes de população tradicional; o trabalho infantil; e o trabalho escravo.

As políticas públicas devem ser dirigidas a estes fins e estas precisam enfrentar as consequências da dualidade estrutural. Estas políticas precisam considerar a dualidade

---

<sup>10</sup> “A **Lei Kandir**, lei complementar brasileira nº 87 que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil, dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS). A lei Kandir isenta do tributo ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. A lei pega emprestado o nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir” (In: wikipédia). Esta lei desonerou as exportações de matérias-primas e semi-elaborados. De acordo com técnicos do TCE-PA, De acordo com o trabalho dos técnicos do TCE, o montante das perdas tributárias do estado do Pará decorrentes da desoneração das exportações, com base na Lei Kandir, alcança, entre 1997 e 2010, a quantia de R\$21,5 bilhões (vinte e um bilhões e quinhentos milhões de reais) ([http://www.tce.pa.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=676&Itemid=58](http://www.tce.pa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=676&Itemid=58)).

estrutural, mas também as singularidades da juventude amazônica, em especial dos jovens de origem rural.

Permanece válida a questão colocada por Frigotto: “Se hoje, como analisa Hobsbawm (1999), não é fácil prever quais são as chances de futuro digno no século XXI para as crianças e jovens dos países centrais, mais dramático é o cenário para os países do capitalismo periférico.” (2004, p. 16). Acrescentaria que mais dramático ainda é o cenário das regiões periféricas dos países periféricos.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima (*et.al*). **Diagnóstico dos direitos humanos no estado do Pará** (Relatório Final). Universidade Federal do Pará. Belém (Pa), 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2010. Capturado em 02/04/2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Museu do Índio: Fundação Nacional do Índio (FUNAI): Brasília: 2010. Capturado em 09/12/2012. Disponível em: [http://www.museudoindio.org.br/template\\_01/default.asp?ID\\_S=33&ID\\_M=115](http://www.museudoindio.org.br/template_01/default.asp?ID_S=33&ID_M=115)

ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação**. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, V. 5, n. 8, p. 27-41, jan/jun. 2011. Disponível em <<http://www.esforce.org.br>>

DAYRELL, J. **A juventude no Brasil**. SESI, n. 30, p. 25-39, dez. 1999.

CARRANO, PAULO. **Os múltiplos “eus” dos adolescente Juventudes: as identidades são múltiplas**. Século XXI, Rio de Janeiro: Portal multirio, 2007. Capturado em 02/04/2013. Disponível em [http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave\\_artigo.asp?cod\\_artigo=1086](http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1086).

**dictionary.com**. Capturado em 09 de Dezembro de 2013. Disponível em: <http://m.dictionary.com/>

FREIRE, Jaqueline Serra. **Juventude Rural e Políticas Públicas: saberes da terra na Amazônia paraense**. Tese de doutorado. UFPa: Belém (Pa), 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas**. In: NOVAES, Regina; Vannuchi, Paulo (org.) *Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.

HOBSBAWM, Eric. **O novo século**. São Paulo: Boitempo, 1999.

OCDE. **Panorâmica da Educação 2010: Indicadores da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)**. Capturado em 02/04/2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/45953903.pdf>.

KUENZER, Acácia. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho** (org.). – 5. Ed.- São Paulo: Cortez, 2007.